

AUTÁRQUICAS

Causa Pública faz programas para frentes de esquerda

Think tank começa no final do ano a preparar “programas autárquicos progressistas”. Com olho em **eventuais alianças de esquerda**

JOÃO PEDRO HENRIQUES

Depois de um interregno motivado pelas eleições legislativas, o *think tank* Causa Pública — um fórum de discussão de políticas que tenta manter vivas as convergências à esquerda criadas aquando da ‘geringonça’ — retoma este sábado as suas reuniões públicas, promovendo um encontro onde se discutirá a incapacidade da esquerda em politizar (e rentabilizar eleitoralmente) o mal-estar social. Um debate a realizar nas instalações do ISCTE, em Lisboa, para o qual avançarão destacadas personalidades de todas as esquerdas parlamentares (menos do PAN, que continua a dizer que não é de esquerda): as líderes parlamentares do PS e do Livre, respetivamente Alexandra Leitão e Isabel Mendes Lopes, o veteraníssimo deputado do PCP António Filipe, o comentador político Daniel Oliveira e Jorge Costa, o “patrão” do aparelho do Bloco de Esquerda.

O Causa Pública tenciona, no final do ano, lançar um processo visando discutir e definir aquilo que o coordenador da organização, o ex-dirigente (e militante) do PS Paulo Pedrosa, define como um “programa de políticas urbanas progressistas”, já no contexto das próximas eleições autárquicas (setembro ou outubro de 2025).

Os programas serão construídos no quadro das convergências de esquerda que caracterizam o *think tank* e por isso mesmo a pensar na possibilidade de em algumas câmaras a esquerda se coligar. O Causa Pública tenciona, de resto, começar a reforçar a partir do próximo mês a intensidade dos seus trabalhos, organizando mensalmente debates sobre a atualidade, em parceria com a Almedina. O primeiro será sobre justiça. Neste sábado discutirá também “O futuro do progressismo” — com António Casimiro Ferreira, Carmo Afonso e Ricardo Paes Mamede — e “Novas agendas, movimentos sociais” — com Ana Gago, João Reis, José Soeiro e Nuno Ramos de Almeida. O cuidado posto na constituição dos painéis é sempre o mesmo: que representem a diversidade da esquerda, do PS ao BE, passando pelo PCP e pelo Livre.

O cenário das coligações autárquicas de esquerda coloca-se no-



Líderes do BE, PCP e PS em debate nas legislativas FOTO PEDRO PINA/RTP

toriamente em relação a Lisboa, mas também no que diz respeito ao Porto.

Quanto a Lisboa, a convicção na direção do PS é de que só com uma convergência à esquerda será possível vencer uma possível recandidatura de Carlos Moedas (que dirige uma coligação entre o PSD, o CDS, o MPT e o PPM). De facto, atualmente, a frente de centro-direita liderada por Moedas só dirige os destinos do maior concelho do país porque a esquerda, embora maioritária, está dividida. A coligação do atual presidente tem sete eleitos na vereação (incluindo o

próprio Moedas), enquanto o conjunto da esquerda tem dez (sete de uma coligação PS-Livre, dois da CDU e um do BE).

No Porto, o independente Rui Moreira cumpre agora o terceiro e último mandato como presidente da Câmara Municipal. Não é certo ainda que o seu movimento se venha a apresentar de novo autonomamente (se o fizer, deverá ter à frente o atual vice-presidente da autarquia, Filipe Araújo). Seja como for, o fim do ciclo de Moreira abre perspectivas ao PS e ao PSD para sonharem com a reconquista da autarquia.

No PS, embora enfrentando resistências internas (porque já perdeu duas vezes, em 2013 e 2017), o ex-ministro da Saúde Manuel Pizarro pretende ser de novo candidato. E alimenta o projeto de o fazer à frente de uma coligação com o BE e a CDU. As perspectivas de vitória são, porém, mais difíceis do que no Porto. Atualmente, em 13 eleitos na vereação (presidente da câmara incluído), a esquerda só tem cinco (três do PS, um da CDU e outro do BE). O movimento de Rui Moreira (que tem o apoio do CDS-PP) ocupa seis lugares no executivo camarário e o PSD dois.

Esta semana, no contexto da preparação dessas convergências

de esquerda para as autárquicas, o Livre lançou convites ao PS, PCP, BE e PAN. O Bloco aceitou de imediato — e anunciou também que no último trimestre deste ano organizará uma conferência nacional para, segundo Mariana Mortágua, “fazer um debate sobre as responsabilidades da esquerda perante um ciclo autárquico que se abre agora e em particular para discutir a política de alianças do BE nas eleições autárquicas”. A proposta da direção do partido, é que se “debatam as condições para convergências à esquerda que se possam traduzir em projetos verdadeiramente transformadores no território”, dando como exemplo “a possibilidade de convergências mais alargadas para derrotar executivos de direita em sítios-chave do país, como em Lisboa”.

A isto o PS reagiu dizendo, através de Marina Gonçalves — uma das atuais dirigentes mais próximas de Pedro Nuno Santos —, que há discussões que só se fazem à porta fechada. “Esta discussão não se deve fazer publicamente, não é razoável, não o faremos”, disse à TSF. O PS está disponível para casar — mas o namoro terá de ser às escondidas.

jphenriques@expresso.imprensa.pt